

Qualificação das Partes e da Ação

Abaixo do Endereçamento, devem vir indicados os **nomes dos Impetrantes** seguidos de seus **dados pessoais, nome da ação e dados da Autoridade coatora e da pessoa de Direito Público** à qual ela é vinculada.

Autoridade Coatora

É aquela que executa, concretiza o ato impugnado; vide **Súmula nº 510** do STF. Essa autoridade tem, inclusive, poderes para desconstituir o ato. Exemplos:

1. **Autoridade coatora Municipal:** Secretário do Departamento de Finanças e Rendas Imobiliárias, vinculado ao Município X.
2. **Autoridade coatora Estadual:** Chefe de Arrecadação da Delegacia Estadual, vinculado ao Estado Y.
3. **Autoridade coatora Federal:** Delegado da Delegacia da Receita Federal, vinculado à União Federal.

TRIBUTO	AUTORIDADE COATORA	ÓRGÃO E ENTE ADMINISTRATIVO AO QUAL PERTENCE
Tributos Federais Aduaneiros	Inspetor Alfandegário da Receita	Secretaria da Receita Federal do Brasil (órgão pertencente à União)
Tributos Federais não Aduaneiros	Delegado da Receita Federal do Brasil	Secretaria da Receita Federal do Brasil (órgão pertencente à União)
Tributos Estaduais	Delegado Regional Tributário	Secretaria da Fazenda do Estado de ...
Tributos Municipais Imobiliários	Diretor do Departamento de Rendas Imobiliárias	Secretaria de Finanças do Município de ...
Tributos Municipais Mobiliários	Diretor do Departamento de Rendas Mobiliárias	Secretaria de Finanças do Município de ...

Nome da Ação

O nome da ação deve indicar quando se trata de mandado de segurança coletivo e/ou preventivo, e se há pedido de liminar. Devem constar as fundamentações legal e constitucional do Mandado de Segurança.

Exemplo:

EXCELENTE SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ...VARA CIVIL DA COMARCA DE GUARULHOS-SP

Rodrigo..., nacionalidade..., estado civil..., profissão.... portador da cédula de identidade RG:..... e inscrito no CPF/MF.... com residência e domicílio na ... (endereço completo), por seu advogado que esta subscreve (instrumento de mandato incluso), com escritório profissional na... (endereço completo), onde receberá as devidas intimações nos termos do artigo 39, I do Código de Processo Civil, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 5º, inciso LXIX da Constituição Federal e artigo 7º, III da Lei 12.016 de 2009 e artigos 300 e 319 do Código de Processo Civil, impetrar o presente

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

contra ato ilegal e abusivo do Ilustríssimo Senhor Delegado Regional Tributário, ou quem lhe faça as vezes no exercício da coação impugnada, agente público vinculado ao Estado de SP, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na... (endereço completo), pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas: